

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2022
e relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
<i>Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias.....</i>	<i>03</i>
<i>Balanço Patrimonial - Ativo.....</i>	<i>07</i>
<i>Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido</i>	<i>08</i>
<i>Demonstração dos Resultados dos Períodos.....</i>	<i>09</i>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i>	<i>10</i>
<i>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>11</i>
<i>Demonstração do Valor Adicionado.....</i>	<i>12</i>
<i>Notas Explicativas.....</i>	<i>13</i>

Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.
Londrina - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (Companhia), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão com ressalvas sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, com exceção dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das informações intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Base para conclusão com ressalvas

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia mantinha na rubrica “Fornecedores” saldo de R\$ 1.731 mil. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, não nos foram apresentados relatórios individualizados com a composição dos valores devidos a cada fornecedor, como decorrência, não foi possível concluirmos quanto a adequação dos saldos apresentados em 30 de setembro de 2022 em referida rubrica.

Até 30 de setembro de 2022 a Companhia não vinha efetuando o recolhimento dos impostos e contribuições devidos, inclusive, aqueles retidos na fonte, resultando em um saldo pendente de recolhimento naquela data de R\$ 1.623 mil, sobre o qual não foi reconhecido contabilmente, encargos

como multa e juros pelo atraso no pagamento. Não foi possível concluirmos quanto a adequação dos saldos contábeis apresentados em 30 de setembro de 2022, tampouco sobre os valores que deixaram de ser apropriados naquela data, bem como sobre os eventuais efeitos nas informações contábeis intermediárias.

Incerteza relacionada a continuidade operacional

As demonstrações contábeis indicam que a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 4.878 mil no período findo em 30 de setembro de 2022 e, nessa data, o total do passivo circulante e não circulante excedeu o ativo total em R\$ 9.323 mil. Essa condição, juntamente com os assuntos descritos nas notas explicativas 1 – Contexto Operacional e 19 – Evento Subsequente, relacionados, respectivamente, a reestruturação acionária, onde a Companhia deixou de ser controlada pela Sercomtel S.A. Telecomunicações, sua então principal cliente, e ao rompimento dos contratos de prestação de serviços com a própria Sercomtel S.A. Telecomunicações e sua controlada, Sercomtel Participações S.A., indicam a não geração de caixa suficiente para a manutenção e ampliação das atividades operacionais e, consequentemente, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, pressupondo-se, portanto, o sucesso das medidas que vem sendo adotadas no processo de equacionamento e reestruturação mencionados na nota explicativa 19. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que esta demonstração não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Refazimento das Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2022

Em 07 de dezembro de 2022 emitimos relatório sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (Companhia), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, contendo abstenção de conclusão sobre aquelas informações contábeis intermediárias, em razão dos seguintes assuntos:

- a) Não nos foram apresentados relatórios auxiliares com a composição dos saldos contábeis em 30 de setembro de 2022, para as rubricas “Adiantamentos de Salários” (R\$ 22 mil), Adiantamentos de Férias (R\$ 9 mil) e Adiantamentos de 13^o (R\$ 71 mil), cujos saldos perfaziam o valor de R\$ 103 mil. Tendo em vista a ausência de relatórios com a composição de referidos saldos, não foi possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitisse concluir quanto a adequação dos saldos apresentados;
- b) Conforme mencionado na Nota Explicativa 8 – Depósitos Judiciais, a Companhia mantém saldo de R\$ 152 mil depositados judicialmente, sendo descrito que a área jurídica acompanha o andamento

processual, no entanto, o relatório elaborado pelos advogados apresenta um total de R\$ 93 mil a título de depósitos judiciais, ou seja, uma diferença a menor de R\$ 59 mil em relação ao saldo contábil. Confrontando referidas posições, verificamos que existem saldos contábeis que não constam no relatório do jurídico e existem saldos constantes no relatório que não estão apresentados contabilmente. Tendo em vista a ausência de conciliação entre os saldos contábeis e aqueles apresentados nos controles auxiliares, não foi possível concluirmos quanto a adequação dos saldos apresentados contabilmente;

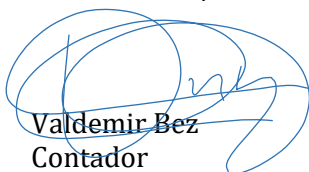
- c) Conforme mencionado na Nota Explicativa 9 – Imobilizado, a Companhia apresenta saldo de R\$ 2.334 mil no Ativo Imobilizado, sendo R\$ 8.398 mil referente ao Custo e R\$ 6.064 referente a Depreciação Acumulada. Confrontando os saldos contábeis com os apresentados nos controles auxiliares identificando pequenas divergências entre esses registros relacionados com o Custo, no entanto, em relação a depreciação acumulada, as divergências verificadas são significativas. Para a conta computadores e periféricos, a diferença é de R\$ 19 mil a maior no relatório auxiliar; para a conta máquinas e equipamentos a diferença é de R\$ 38 mil a maior no relatório auxiliar, enquanto que, para a conta móveis e utensílios a diferença é de R\$ 56 mil a menor no relatório auxiliar. Como decorrência não foi possível concluirmos quanto à adequação dos saldos apresentados contabilmente a título de depreciação acumulada no trimestre em referência;
- d) Em 30 de setembro de 2022 a Companhia mantinha na rubrica “Fornecedores” saldo de R\$ 1.731 mil. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, não nos foram apresentados relatórios individualizados por fornecedor, com a composição dos saldos contábeis, como decorrência, não foi possível concluirmos quanto a adequação dos saldos apresentados em 30 de setembro de 2022 em referida rubrica;
- e) Até 30 de setembro de 2022 a Companhia não vinha efetuando o recolhimento dos impostos e contribuições devidos, inclusive, aqueles retidos na fonte, resultando em um saldo pendente de recolhimento naquela data de R\$ 1.792 mil, sobre o qual não foi reconhecido contabilmente, encargos como multa e juros pelo atraso no pagamento. Não foi possível concluirmos quanto a adequação dos saldos contábeis apresentados em 30 de setembro de 2022, tampouco sobre os valores que deixaram de ser apropriados naquela data, bem como sobre os eventuais efeitos nas informações contábeis intermediárias;
- f) Em 30 de setembro de 2022 a Companhia apresentava saldo de R\$ 534 mil na rubrica “Provisão de Férias”. Os relatórios auxiliares utilizados como base para contabilização, apresentam saldos compatíveis, porém o terço constitucional das férias não vem sendo provisionado, cujo valor, conforme contido no relatório auxiliar utilizado como base para contabilização é de R\$ 142 mil. Como decorrência, o saldo da conta “Provisão de Férias” está apresentado a menor em R\$ 142 mil, enquanto o resultado do exercício está apresentado a maior em igual valor;
- g) A Companhia mantém saldo de R\$ 50 mil na rubrica “Seguros a Apropriar”. Solicitamos os controles auxiliares utilizados para apropriação dos valores ao resultado, no entanto, fomos informados que a empresa não adota registros auxiliares para apropriação. De forma alternativa e como forma de avaliarmos o saldo contábil, a partir das apólices vigentes, efetuamos os cálculos pró-rata para a data base 30 de setembro de 2022, apurando que o saldo contábil deveria ser de aproximadamente R\$ 16 mil, ou seja, uma diferença de R\$ 34 mil a menor, em relação aos valores mantidos contabilmente naquela data;
- h) Conforme mencionado na Nota Explicativa 12 – Impostos Parcelados, em 30 de setembro de 2022 a Companhia mantinha saldo de R\$ 875 mil, relativos a parcelamentos de tributos (PIS, COFINS, INSS e IRRF). Os controles auxiliares fornecidos estão desatualizados e como decorrência, não estão alinhados com o saldo contábil apresentado. Como decorrência, não foi possível avaliar se os saldos apresentados representam, efetivamente, os valores pendentes de liquidação naquela data;

- i) Em 30 de setembro de 2022 a Companhia mantinha diversas contas contábeis no grupo “Outras Obrigações”, apresentadas com saldo devedor. Não nos foi apresentado justificativas para estas contas apresentarem saldo devedor, uma vez que em se tratando de obrigações, os saldos deveriam ser credores;
- j) Conforme mencionado na Nota Explicativa 13 – Provisão para Contingências, em 30 de setembro de 2022 a Companhia apresentava saldo de R\$ 480 para fazer frente às contingências trabalhistas. Os relatórios de controle apresentados pelos assessores jurídicos, indicam que as ações classificadas como sendo de perda provável totalizavam naquela data, valor de R\$ 550 mil. Como decorrência, os saldos contábeis mantidos na rubrica “Contingências Trabalhistas”, no Passivo Não Circulante, estão apresentados a menor no montante de R\$ 70, enquanto o resultado do exercício está apresentado a maior em igual valor.

Em data subsequente a emissão de nosso relatório sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (Companhia), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, ocorrida 07 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu análise e conciliação dos saldos contábeis mantidos nas rubricas contábeis que geraram nossa abstenção de conclusão, com os respectivos controles internos e registros auxiliares atualizados posteriormente à emissão de nosso relatório, gerando, em alguns casos, ajustes nos saldos contábeis apresentados inicialmente naquela data, o que levou a Companhia, a refazer suas demonstrações contábeis intermediárias. Referidos saldos foram submetidos a procedimentos normais de auditoria e, exceto com relação aos assuntos descritos na seção intitulada “Basse para conclusão com ressalvas”, não revelaram modificações relevantes que devam ser efetuadas para que os saldos apresentados atualmente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (Companhia) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, estejam adequadamente apresentados. Como decorrência, os assuntos descritos nas letras a, b, c, f, g, h, i e j, acima e que geraram nossa abstenção de conclusão no relatório emitido em 07 de dezembro de 2022, não são mais requeridos.

Maringá - PR, 26 de janeiro de 2023

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/0-2



Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/0-2

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Balço Patrimonial - Ativo

(Em Milhares de Reais)

	Nota	30/09/22	31/12/21
CIRCULANTE		1.941	2.071
Caixa e equivalentes de caixa	4	492	586
Contas a receber	6	1.094	1.127
Impostos e contribuiões a recuperar	5	54	35
Adiantamentos		193	284
Estoques		7	7
Despesas antecipadas		101	32
NÃO CIRCULANTE		2.430	3.035
Depósitos judiciais	8	88	146
Imobilizado	9	2.335	2.873
Intangível	10	7	16
		4.371	5.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Balço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido

(Em Milhares de Reais)

	Nota	30/09/22	31/12/21
CIRCULANTE		5.228	3.793
Obrigações sociais		1.699	1.283
Fornecedores		1.731	1.495
Obrigações fiscais	11	1.084	461
Utilidades e serviços a pagar		675	537
Outras Contas a Pagar		39	17
NÃO CIRCULANTE		8.466	7.058
Impostos parcelados	12	1.662	770
Provisão para contingências	13	6.804	6.288
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	(9.323)	(5.745)
Capital social		41.852	37.591
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.000
Prejuízos acumulados		(51.175)	(46.336)
		4.371	5.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Receita bruta de serviços prestados		5.605	9.059
Deduções da receita		<u>(302)</u>	<u>(587)</u>
Receita operacional líquida		5.303	8.472
Custo dos serviços prestados		<u>(5.835)</u>	<u>(8.736)</u>
Resultado bruto		(532)	(264)
Despesas operacionais		<u>(3.908)</u>	<u>(3.598)</u>
Despesas gerais e administrativas		(3.354)	(3.350)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(554)</u>	<u>(248)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(4.440)	(3.862)
Resultado financeiro		<u>(438)</u>	<u>(426)</u>
Prejuízo líquido		<u>(4.878)</u>	<u>(4.288)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em Milhares de Reais)

	<u>Capital</u>	<u>Social</u>	<u>Integrali zação de Capital</u>	<u>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 30 de setembro de 2021		37.591	-	-	(41.963)	(4.372)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	3.000	-	3.000
Resultado líquido do período		-	-	-	(4.373)	(4.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		37.591	-	3.000	(46.336)	(5.745)
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.000	-	(3.000)	-	-
Integralização de Capital		1.261	-	-	-	1.261
Resultado líquido do período		-	-	-	(4.878)	(4.878)
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	39	39
Saldos em 30 de setembro de 2022		41.852	-	-	(51.175)	(9.323)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em Milhares de Reais)

	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	(4.878)	(4.288)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	547	582
Provisão para contingências	516	803
Reversão da Provisão para contingências	-	138
	(3.815)	(3.041)
Variações no ativo		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	33	406
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(19)	-
Aumento) Redução em adiantamentos	91	-
(Aumento) Redução em estoques	-	2
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(69)	-
(Aumento) Redução em outros créditos	-	80
(Aumento) Redução em despesas judiciais	58	-
	94	488
Variações no passivo		
Aumento (Redução) em fornecedores	236	185
Aumento (Redução) em obrigações sociais	416	424
Aumento (Redução) em obrigações fiscais	623	289
Aumento (Redução) em utilidades e serviços a pagar	138	148
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	22	-
Aumento (Redução) em impostos parcelados	892	-
	2.327	1.046
Total das atividades operacionais	(1.394)	(1.507)
Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital Social	1.261	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.236
Ajuste de exercícios anteriores	39	-
Total das atividades de financiamento	1.300	1.236
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(16)
Total das atividades de investimentos	-	(16)
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(94)	(287)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	586	506
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	492	219
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(94)	(287)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

(Em Milhares de Reais)

	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
RECEITAS		
Receita de mercadorias, produtos e serviços	5.605	9.059
	<u>5.605</u>	<u>9.059</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Material e serviços de terceiros	(1.312)	(1.881)
	<u>(1.312)</u>	<u>(1.881)</u>
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	4.293	7.178
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO		
Depreciação e amortização	(542)	(582)
	<u>(542)</u>	<u>(582)</u>
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.751	6.596
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	19	38
	<u>19</u>	<u>38</u>
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.770	6.634
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	3.770	4.287
PESSOAL E ENCARGOS		
Remuneração direta	4.530	6.092
Honorários da administração	710	261
Benefícios	1.210	2.051
FGTS	354	463
	<u>6.804</u>	<u>8.867</u>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
Federais	432	1.081
Municipais	57	228
	<u>489</u>	<u>1.309</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros e variações cambiais	12	98
Tarifas Bancárias	18	
Aluguéis	-	271
	<u>30</u>	<u>369</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		
Prejuízo do exercício	(4.878)	(6.258)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, constituída em 1999, com sede em Londrina-PR, tendo por objetivo a projeção, implantação, operação e manutenção de centrais de atendimento no Brasil e no exterior, bem como a comercialização de tais serviços, o estabelecimento de parcerias para o fornecimento de serviços de valor agregado, a participação em associações ou empreendimentos relacionados a seu objeto social, e o desenvolvimento e implantação de projetos de CRM - *Customer Relation Management*, voltados ao gerenciamento de relacionamento de clientes.

Em 2019 a Companhia passou por mudança significativa na sua estrutura acionária. Após a aprovação da Lei 12.871/19, de 12 de junho de 2019, a qual condicionou a desestatização da Sercomtel Telecom S.A. à venda das participações na subsidiária Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (nova denominação da então Sercomtel Contact Center) – CTD – para o Município de Londrina, bem como a aprovação da Lei nº 12.912/19 (publicada no Diário Oficial do Município de Londrina, em 16 de setembro de 2019), a qual autorizou o Município de Londrina a promover a transformação societária e operacional da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento, foi estabelecido pelos devidos Conselhos de Administração e Assembleias Gerais Extraordinárias, a venda de 39,7% das ações da CTD para o Município de Londrina e 40,7% para a Sercomtel Iluminação S.A., ações estas pertencentes à Sercomtel S.A. Telecomunicações, empresa controlada pelo Município de Londrina. Com isto, a Sercomtel S.A. Telecomunicações deixou de ser a controladora, continuando, contudo, com parte do capital da Companhia. Ainda de acordo com a Lei 12.912/19, Artigo 1º, parágrafo 1º, ficou autorizado uma ampliação das competências operacionais da Companhia, permitindo assim realizar os seguintes serviços:

- I. Implantar e executar o canal de comunicação entre a população e a Prefeitura de Londrina (Gestão de Demandas Prefeitura 156), por meio de solução integrada de atendimento e demais atividades correlatas e afins;
- II. Implantar e executar Telecobrança de IPTU (Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e demais atividades correlatas e afins;
- III. Implantar e executar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, a comunicação e a divulgação de campanhas de vacinação e de prevenção de doenças endêmicas, para a Secretaria de Saúde e demais atividades correlatas e afins;
- IV. Implantar e operacionalizar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, o sistema de agendamento e avisos para consultas Prefeitura do Município de Londrina Estado do Paraná médicas, exames e procedimentos nos Postos de Saúde do município, e demais atividades correlatas e afins;
- V. Implantar e operacionalizar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) em Londrina e Regido e demais atividades correlatas e afins;
- VI. Implantar infraestrutura de tecnologia da informação e gerir Redes de Computadores (Data Center) e demais atividades correlatas e afins;
- VII. Implantar e gerenciar o projeto de Cidade Inteligente (Smart City) no município de Londrina, interligando questões de mobilidade urbana, atendimento ao cidadão, saúde pública, educação, tecnologia da informação e comunicação, uso sustentável dos recursos naturais (energia, Água, ar e solo), logística reversa, coleta seletiva, governança, iluminação pública, segurança, economia, empreendedorismo e demais atividades correlatas e afins.

Durante 2020, em continuidade ao atendimento da Lei Municipal 12.871/19, que tratou da desestatização da Sercomtel S.A. Telecomunicações, foi realizada em 23 de dezembro de 2020, a 96ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre seu novo acionista majoritário, o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedor do leilão realizado em 18 de agosto de 2020. No mesmo ato, efetivou-se a transferência do restante da participação da Sercomtel S.A. Telecomunicações na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. e na Sercomtel Iluminação S.A. para o Município de Londrina, deixando assim de compor o quadro de acionistas destas Companhias, obedecendo o disposto no Despacho Administrativo nº 56823/2020, emitido pelo Município de Londrina, o qual integrava o edital do leilão.

Em 29 de dezembro de 2020, o Município de Londrina, através do Ofício nº 703/2020-GAB e 704/2020-GAB, determinou a transferência da totalidade das ações da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), uma sociedade de economia mista, cujo controlador é o Município de Londrina, por meio de aumento de Capital Social.

Através do Ofício 011/2021-GAB o Município de Londrina comunicou a Companhia sobre a adoção das medidas para efetivar a transferência das ações à CMTU, sendo que em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia ratificou a referida transferência. Está previsto ainda, em data a definir, a realização de Assembleia Geral Extraordinária para que este ato seja devidamente registrado e arquivado nos órgãos competentes.

No final do primeiro trimestre, a Diretoria Executiva da companhia deliberou por contratar a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL para prestar o serviço de consultoria especializada visando a reestruturação organizacional, tendo como premissas tanto a necessidade de mudança no modelo de negócio com base na implementação dos serviços delegados pelo Município de Londrina à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., nos moldes da Lei Municipal nº 12.912/2019, quanto a situação econômico-financeira da empresa. Impende informar que o contrato com a FAUEL foi firmado em 24/02/2021. O relatório de diagnóstico da FAUEL apontou a possibilidade viabilidade do novo modelo de negócio, desde que adotadas as medidas para reestruturação organizacional, adaptando a companhia ao modelo de negócio proposto no estudo. O projeto de reestruturação organizacional foi entregue aos administradores na data de 04/06/2021 e a proposta do novo modelo de negócios segue em análise pela diretoria da CTD.

Em 20/07/2021, o principal cliente Sercomtel S.A. Telecomunicações rescindiu o contrato de prestação de serviços de call center, por conseguinte, acarretou redução média mensal de receita no valor de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais). Em 13/12/2021 foi emitida a última nota fiscal mensal ao cliente, referente as comissões sobre vendas de serviços de internet e telefonia fixa realizadas dentro da vigência do contrato. Em contrapartida, celebrou-se o contrato de prestação de serviço de solução completa para atendimento telefônico, tecnológico e mídias/multimeios com a Companhia de Tecnologia Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, firmado na data de 28/07/2021, ocasionado o aumento aproximado de receita no valor de R\$ 194 (cento e noventa e quatro mil reais) mensais.

A Companhia adota o regime público de gestão nas aquisições e contratações de mão-de-obra, através do qual a administração mantém metas de racionalização de custos e obtenção de níveis adequados de rentabilidade e geração de recursos das suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da sociedade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas são:

a) Apresentação das demonstrações contábeis

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência para apropriação de receitas, custos e despesas.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Milhares de Reais)

c) Mensuração da receita

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requisitos, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não foi apurado efeito significativo no balanço patrimonial da Companhia decorrente de ajustes por aplicação do CPC 47.

d) Caixa e equivalente de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

e) Contas a receber de clientes

São apresentadas pelo valor de realização. A sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela administração.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

g) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Bancos conta movimento	1	-
Cheques administrativos	491	585
Aplicações financeiras	-	-
	<u>492</u>	<u>585</u>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e cheques administrativos.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Milhares de Reais)

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/09/22	31/12/21
Imposto de renda e contribuição social	-	34
Inss	1	1
Irrf	3	-
Iss	5	-
Irpj Estimativa Mensal	26	-
Csll Estimativa Mensal	19	-
	54	34

Os créditos tributários gerados a partir de prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias detidos pela companhia, serão compensados com impostos sobre lucros futuros.

7. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Sercomtel S.A. Telecomunicações, a qual foi acionista da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. até o dia 23 de dezembro de 2020 (vide detalhes na nota explicativa 1. Contexto Operacional), foram realizadas em condições e preços normais praticados pelo mercado. A partir daquela data não mais constará os descritivos de saldos uma vez que a Sercomtel S.A. Telecomunicações não se enquadra como partes relacionadas. Em relação o Município de Londrina, Sercomtel Iluminação e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, não há saldos em aberto.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Corresponde aos valores depositados em juízo, relativo a ações trabalhistas, realizados para execução dos recursos em outras instâncias para questionamentos de decisão proferida ou para cumprimento de despacho decisório a fim de reavaliar os valores devidos nas causas julgadas.

	30/09/22	31/12/21
Depósitos Judiciais Trabalhistas	88	146
	88	146

Estes valores são classificados na ativo não circulante, sem previsibilidade de realização. A área jurídica da Companhia realiza acompanhamento periódico do andamento processual e ocorrendo perda da causa, o valor é revertido para despesa, sendo complementado se for o caso ou, em caso de ganho da causa, o valor do ativo é baixado conforme o crédito em conta bancária.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de deprec	Saldo em 31/12/2021	Adições	Trans-ferências	Baixas	Depre-ciação	Saldo em 30/09/2022
Máquinas e equipamentos	10%	1.904	-	-	-	(445)	3.848
Móveis e utensílios	10%	38	57	-	-	(17)	365
Equipamentos de informática	20%	205	1	-	-	(97)	1.446
Instalações	4%	710	-	-	-	(30)	317
Veículos	20%	16	-	-	-	(7)	88
Imobilizado em curso		-	-	-	-	-	-
		2.873	58	-	-	(596)	6.064
Custo do imobilizado		8.398					8.456
Depreciação acumulada		(5.525)					(6.121)
Imobilizado líquido		2.873					2.335

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Milhares de Reais)

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis econômicas dos bens que integram o ativo imobilizado, em conformidade com o previsto no CPC 27 - Ativo Imobilizado.

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação	Saldo em	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em
	%	31/12/2021				30/09/2022
Software	20	16		9	-	7
Marcas e Patentes		-	-	-	-	-
Total		16	-	9	-	7
Custo de intangível		758				758
Amortização acumulada		(751)				(751)
Intangível líquido		7				7

Os direitos intangíveis estão representados por licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	30/09/22	31/12/21
Imposto de renda e Contribuição social	-	134
INSS	483	178
Pis e Cofins	143	91
ISS	145	55
CSRF	5	3
IRRF	308	-
	1.084	461

12. IMPOSTOS PARCELADOS

	30/09/22	31/12/21
Imposto de renda e Contribuição social	-	219
INSS	1.445	742
Pis e Cofins	107	215
ISS	-	55
IRRF	110	-
	1.662	1.231

Em maio de 2019 a RFB comunicou a decisão do processo fiscal que tratava de compensação de impostos com crédito fiscal. Após analisado, a decisão foi acatada pela empresa, que resultou no deferimento parcial da compensação e levou ao retorno dos débitos fiscais PIS e COFINS de competência 01/2007, que faziam parte deste processo e não foi aceito na compensação. A empresa optou pelo parcelamento ordinário em 60 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 o parcelamento do PIS estava integralmente quitado. Com relação ao parcelamento do COFINS restavam 28 parcelas de R\$ 725.

Em julho de 2021 houve o parcelamento ordinário das contribuições previdenciárias relativas a junho de 2021, em 60 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 restavam 54 parcelas de R\$ 2.117.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Milhares de Reais)

Em novembro de 2021 a companhia realizou um novo parcelamento ordinário das contribuições previdenciárias, desta vez contemplando os débitos relativos ao período de julho a outubro de 2021, em 60 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 restavam 58 parcelas de R\$ 7.518.

Em dezembro de 2021 a empresa aderiu a um parcelamento simplificado dos débitos relativos a IRRF referente ao período de junho a setembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 restavam 59 parcelas de R\$ 1.766.

No mesmo período, também foi realizado um parcelamento simplificado englobando os seguintes débitos: IRRF retido na fonte nos meses de julho e setembro de 2021 em 12 vezes; PIS do período de junho a setembro de 2021 em 44 vezes; COFINS no período de junho a setembro em 60 vezes; CSRF de julho e setembro de 2021 em 3 vezes e Contribuição Previdenciária no período de julho a outubro em 60 vezes.

Por último, a CTD realizou em 17/08/2022 diante da Receita Federal do Brasil um novo parcelamento de tributos federais no montante de R\$ 683 mil em 60 parcelas de R\$ 13.898,05. Neste parcelamento, estão incluídos os seguintes impostos: PIS e COFINS competências Fevereiro a Maio de 2022 e INSS Previdenciário competências Janeiro a Junho de 2022.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Contingências cíveis	6.254	5.808
Contingências trabalhistas	550	480
	<u>6.804</u>	<u>6.288</u>

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas judicialmente.

A administração, com base na reavaliação da expectativa de perdas dos processos cíveis, relacionadas a questões contratuais, efetuada pelos seus assessores jurídicos, decidiu constituir provisão em montante considerado suficiente para cobrir as referidas perdas. Em consequência de decisão judicial proferida em junho de 2020, os valores provisionados sofreram reajustes legais decorrentes de correção monetária e juros conforme índice determinado em juízo, desde seu ajuizamento. As ações trabalhistas passíveis de provisão contábil, também foram devidamente constituídas e estão representadas por reclamatórias de funcionários das operações de Londrina-PR.

Em 30 de junho de 2022 havia processos trabalhistas com estimativa de possível perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos, no valor aproximado de R\$ 480 mil compostas, em sua maioria, por ações relativas a empregados de empresas terceirizadas e enquadramento salarial, originadas, principalmente, pela operação de Londrina-PR.

Com relação aos processos cíveis, há valor de perda possível estimado pela área jurídica de R\$ 510 mil. E uma estimativa de ganho possível de R\$ 3.000 mil relativo, em geral, a ações relacionadas a questões contratuais.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$ 41.852 mil, representado por 41.852.831 ações com valor unitário de R\$ 1,00, distribuído da seguinte forma:

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Milhares de Reais)

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sercomtel Iluminações S.A	4.041.978	32,0	11.261.884	38,5	15.303.862	36,6
Município de Londrina	6.574.160	52,0	12.617.972	43,2	19.192.132	45,9
Companhia Municipal de Trânsito e Urban.	1.873.112	14,8	5.218.922	17,9	7.092.034	16,9
Atende Bem Soluções de Atendimento Ltda	142.181	1,1	122.286	0,4	264.467	0,6
Outros	320	0,0	16	0,0	336	0,0
	12.631.751	100	29.221.080	100	41.852.831	100

Em abril de 2004, a acionista Atende Bem, retirou-se do controle administrativo sem que tivesse efetuado a totalidade da integralização do capital devido. Desde então, a administração da companhia vinha sendo exercida pela acionista Sercomtel S.A. Telecomunicações. A acionista Atende Bem, por sua vez, impetrou ação requerendo o cancelamento de sua obrigação de integralizar o capital, alegando sua saída do controle da Companhia. Na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2015, os acionistas declararam prescritas as ações subscritas e não integralizadas da empresa Atende Bem, baseados em sentença de ação de execução de título extrajudicial, transitada em julgado em 29 de abril de 2014, a qual extinguiu o processo, suportada na decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, que dispensou a Atende Bem de efetuar o pagamento das ações. Com isto, a administração da Companhia decidiu manter as ações não integralizadas em tesouraria. Em 01 de julho de 2016, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, foi decidido pelos acionistas pela não aquisição das ações em tesouraria. Com isso, após findado o prazo de doze meses para alienação desses títulos, conforme definido na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, e sem que houvesse sua alienação, o capital social subscrito foi reduzido para a soma do capital efetivamente integralizado.

Em 2019 a Companhia passou por mudança significativa na sua estrutura acionária. Após a aprovação da Lei 12.871/19, de 12 de Junho de 2019, a qual condicionou a desestatização da Sercomtel Telecom S.A. à venda das participações na subsidiária Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (nova denominação da então Sercomtel Contact Center) – CTD – para o Município de Londrina, bem como a aprovação da Lei nº 12.912/19 (publicada no Diário Oficial do Município de Londrina, em 16 de setembro de 2019), a qual autorizou o Município de Londrina a promover a transformação societária e operacional da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento, foi estabelecido pelos devidos Conselhos de Administração e Assembleias Gerais Extraordinárias, a venda de 39,7% das ações da CTD para o Município de Londrina e 40,7% para a Sercomtel Iluminação S.A., ações estas pertencentes à Sercomtel Telecom empresa controlada pelo Município de Londrina. Com isto, a Sercomtel S.A. Telecomunicações deixou de ser a controladora, continuando, contudo, com parte do capital da Companhia.

Durante 2020, em continuidade ao atendimento da Lei Municipal 12.871/19, que tratou da desestatização da Sercomtel S.A. Telecomunicações, foi realizada em 23 de dezembro de 2020, a 96ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre seu novo acionista majoritário, o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedor do leilão realizado em 18 de agosto de 2020. No mesmo ato, efetivou-se a transferência do restante da participação da Sercomtel S.A. Telecomunicações na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. e na Sercomtel Iluminação S.A. para o Município de Londrina, deixando assim de compor o quadro de acionistas destas Companhias, obedecendo o disposto no Despacho Administrativo nº 56823/2020, emitido pelo Município de Londrina, o qual integrava o edital do leilão.

Em 29 de dezembro de 2020, o Município de Londrina, através do Ofício nº 703/2020-GAB e 704/2020-GAB, determinou a transferência da totalidade das ações da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), uma sociedade de economia mista, cujo controlador é o Município de Londrina, por meio de aumento de Capital Social.

Através do Ofício 011/2021-GAB o Município de Londrina comunicou a Companhia sobre a adoção das medidas para efetivar a transferência das ações à CMTU, sendo que em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia ratificou a referida transferência. Está previsto ainda, em data a definir, a realização de Assembleia Geral Extraordinária para que este ato seja devidamente registrado e arquivado nos órgãos competentes.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Na 60ª Assembleia Geral Extraordinária, junto aos Acionistas, realizada na data de 07/06/2021, o acionista Município de Londrina manifestou interesse em realizar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no montante de R\$ 1.500 mil, em virtude da reestruturação da Companhia. Desta forma, foi realizada efetivamente a entrada deste aporte financeiro no período de setembro a outubro de 2021.

Em continuidade ao projeto de reestruturação da Companhia, em dezembro de 2021, o acionista Município de Londrina, realizou aporte financeiro adicional no valor de R\$ 1.500 mil.

Na 63ª Assembleia Geral Extraordinária, junto aos acionistas, realizada na data de 28/04/2022, foi aprovado o aumento de capital pelo acionista Município de Londrina, a qual subscreveu e integralizou a importância de R\$ 3.000 mil destinadas a subscrição de R\$ 2.000 mil de ações ordinárias e o valor de R\$ R\$ 1.000 mil de ações preferenciais, utilizando - se do adiantamento pra futuro aumento de capital acima descrito.

Já em 29/04/2022, o acionista Município de Londrina realizou um aporte financeiro no valor de R\$ 1.262 mil.

Integralizado na 64ª Assembleia Geral Extraordinária, junto aos acionistas, realizada na data de 04/07/2022, aprovando o aumento de capital pelo acionista Município de Londrina, na importância de R\$ 1.261 mil destinadas a subscrição de R\$ 631 mil de ações ordinárias e o valor de R\$ R\$ 631 mil de ações preferenciais, utilizando - se do adiantamento pra futuro aumento de capital acima descrito.

15. PREJUÍZOS FISCAIS, BASE NEGATIVA E CRÉDITO FISCAL DIFERIDO

Em 30 de setembro de 2022, a companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Embora a Companhia tenha apresentado lucro nos exercícios de 2016 a 2019, em função da ausência de histórico de rentabilidade, os créditos fiscais estão sendo controlados, porém, não foram registrados contabilmente.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de setembro de 2022, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

17. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

18. EFEITO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Face os acontecimentos relacionados com a pandemia do coronavírus (covid19), a Administração da Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos e seus efeitos sobre as áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos e sociais, sendo que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios decorrentes da pandemia que pudessem modificar a mensuração dos seus

ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021. A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Um ponto relevante a ser considerado no cenário da companhia foi a concretização da doação do imóvel do Tecnocentro à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. - CTD conforme consta do projeto 245/2021, de autoria do Executivo Municipal, que transformou-se na Lei Municipal nº 13.337, de 3 de janeiro de 2022, que autorizou o Instituto de Desenvolvimento de Londrina - Codel - a doar a área de terras constituída do Lote de Terras nº 11/14 da Quadra nº 01. medindo a área 5.252,67m², resultante da anexação dos Lotes nºs 11 e 14, situada na Gleba Ribeirão Lindoia, contendo uma edificação de 3.144,93m² (prédio Tecnocentro), à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. - CTD - , destinada à instalação e desenvolvimento de suas atividades. Vale constar que os membros da Comissão Permanente de Avaliação instituída pelo Decreto Municipal nº 213/2021, avaliaram o imóvel sob análise em R\$ 17.012 mil. A partir de então, iniciaram-se as tratativas para transferência do bem, conforme deliberação legal.

No início de abril de 2022, iniciaram-se as instalações e adequações no novo prédio, em 18/04/2022 houve a definitiva mudança da sede e a companhia passou a operar suas atividades na Rua Damaris Rosa de Menezes Monteiro, 333 - Gleba Lindóia - Parque Tecnológico Francisco Sciarra CEP 86031-216 - Londrina -PR.